



**LOPES CARDOSO & ASSOCIADOS**

**SOCIEDADE DE ADVOGADOS, S.P., R.L.**

NEWSLETTER

2 Junho 2020

**COVID-19 – Prorrogação da situação de calamidade**



Evoluindo-se, paulatinamente, para um processo de desconfinamento das medidas que foram sendo adotadas para combater a COVID-19, mas, mantendo-se a necessidade de continuar a adoptar medidas extraordinárias, veio o Governo, através da **Resolução do Conselho de Ministros n.º 40-A/2020, de 29-05-2020**, decretar (novamente) a **situação de calamidade** em todo o território nacional até às 23:59h do dia 14 de junho de 2020.

Esta terceira renovação do estado de calamidade caracteriza-se por um levantamento maior das restrições anteriormente impostas, sem prejuízo de se manter o escrupuloso cumprimento pela população portuguesa das medidas de distanciamento físico indispensáveis à contenção da infeção.

Importa chamar a atenção para as nossas anteriores Newsletters, de 28 de Abril de 2020, 7 de Maio de 2020 e 20 de Maio de 2020.



## Confinamento obrigatório

Os doentes com COVID-19 ou SARS-Cov2 e as pessoas sujeitas a vigilância activa mantêm-se sob confinamento obrigatório, **sob pena do cometimento de um crime de desobediência**.

Para os restantes cidadãos deixa de existir o dever cívico de recolhimento domiciliário anteriormente em vigor, podendo os cidadãos deslocar-se livremente estando sujeitos ao cumprimento das regras de distanciamento social.



## Teletrabalho

O regime de teletrabalho deixa de ser obrigatório devendo o empregador proporcionar ao trabalhador as condições de segurança e saúde adequadas à prevenção do risco de contágio.

O regime de teletrabalho pode ser adoptado nos termos previstos no Código do Trabalho.

O regime de teletrabalho apenas é obrigatório ser adoptado, independentemente do vínculo laboral, sempre que as funções do trabalhador o permitam e quando:

- a) O trabalhador for imunodeprimido ou doente crónico;
- b) Tenha uma deficiência com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 %;
- c) Tenha um filho ou outro dependente a cargo menor de 12 anos.



## Instalações e estabelecimentos encerrados

Mantém-se encerradas as instalações e estabelecimentos onde se desenvolvam:

- ▣ **actividades recreativas, de lazer e diversão**, onde se incluem os salões de dança ou de festa, os circos e os parques de recreativos para crianças;
- ▣ **actividades culturais** onde se encontram grutas nacionais, regionais e municipais, publicas ou privadas, praças, locais e instalações tauromáticas;

Deixam de estar encerrados auditórios, cinemas, teatros e salas de concertos, além de todos os eventos de natureza cultural realizados em recintos cobertos e ao ar livre, museus, monumentos, palácios, sítios arqueológicos e similares;

- ▣ **actividades desportivas**, fundamentalmente, em recintos fechados, salvo as destinadas à actividade dos praticantes desportivos profissionais e de alto rendimento, em contexto de treino.

Assim, mantém-se encerrados os pavilhões fechados de futsal, basquetebol, andebol, voleibol, hóquei em patins e similares;

Deixaram, assim, de estar encerrados ginásios e academias, campos de ténis, paddel e piscinas cobertas e descobertas.



## Actividades suspensas no âmbito do comércio a retalho e de prestação de serviços

Com a excepção da Área Metropolitana de Lisboa, **no resto do país deixam de existir quaisquer limitações à abertura de comércio a retalho.**

Na Área Metropolitana de Lisboa continuam suspensas as actividades em estabelecimentos de comércio a retalho e de prestação de serviços que disponham de uma área de venda ou prestação de serviços superior a 400 metros quadrados, bem como os que se encontrem em conjuntos comerciais, salvo se dispuserem de área igual ou inferior e uma entrada autónoma e independente pelo exterior.

No entanto, mantém-se a não suspensão dos estabelecimentos comerciais e actividades de prestação de serviços destinados a comércio de livros e suportes musicais, assim como os estabelecimentos que mantêm a sua actividade em regime de entrega ao domicílio ou disponibilizam os bens à porta dos estabelecimentos ou de postigo;

De igual modo, mantém-se a não suspensão dos estabelecimentos de venda de produtos alimentares, restauração, oculistas, serviços bancários, financeiros e seguros, salões de cabeleireiro, barbeiros e institutos de beleza, mediante marcação prévia, estabelecimentos de comércio de livros e suportes musicais ou, ainda, cantinas ou refeitórios.



Foram levantadas as suspensões dos restaurantes e similares, cafetarias, casas de chá e afins, independentemente da respetiva área ou localização, e áreas de serviço de autocaravanas.

## Regras de ocupação, permanência e distanciamento físico

Em todos os locais onde são exercidas actividades de comércio e de serviços autorizadas, mantém-se o dever de serem observadas as seguintes regras de ocupação, permanência e distanciamento social:

- Os espaços acessíveis ao público deve observar regra de ocupação máxima indicativa de 0,05 pessoas por metro quadrado de área;
- Praticar uma distância mínima de dois metros entre as pessoas;
- As pessoas devem permanecer dentro dos estabelecimentos apenas pelo tempo estritamente necessário à aquisição dos bens ou serviços;
- Proibição de situações de espera para atendimento no interior dos estabelecimentos de prestação de serviços, devendo os operadores económicos recorrer, preferencialmente, a mecanismos de marcação prévia;
- Definir, sempre que possível, circuitos específicos de entrada e saída nos estabelecimentos, utilizando portas separadas;



- ▮ Observar outras regras definidas pela Direção-Geral da Saúde;
- ▮ Incentivar a adoção de códigos de conduta aprovados para determinados setores de atividade ou estabelecimentos, desde que não contrariem o regime imposto pela situação de calamidade.

Como área dos espaços comerciais entende-se todo o espaço destinado ao público, com exceção das zonas reservadas ao estacionamento.

Os limites de ocupação máxima não incluem os funcionários e prestadores de serviços que estiverem a exercer as suas funções no local.

Os gestores, gerentes ou os proprietários dos espaços devem:

- ▮ Realizar uma gestão equilibrada dos acessos ao público garantindo o cumprimento das regras anteriormente descritas;
- ▮ Monitorizar as recusas de acesso do público, de forma a evitar concentração de pessoas à entrada dos estabelecimentos.





## Regras de higiene

Mantém-se a obrigatoriedade de todos os estabelecimentos de comércio por grosso, a retalho, ou de prestação de serviços cuja abertura é autorizada respeitarem as seguintes regras de segurança:

- A prestação de serviços e o transporte de produtos devem ser efectuadas respeitando as regras de higiene definidas pela DGS;
- Devem ser realizadas limpezas e desinfecções diárias e periódicas dos espaços, equipamentos, objectos e superfícies com que haja contacto intenso;
- A cada utilização devem ser limpos e desinfectados os terminais de pagamento automático, equipamentos, objectos, superfícies, produtos e utensílios com que os clientes tenham tido contacto;
- Devem ser evitadas, na medida do possível o manuseamento dos produtos ou equipamentos pelos clientes, devendo os mesmos ser manuseados preferencialmente pelos trabalhadores;
- Nos estabelecimentos de comércio a retalho de vestuário e similares deve ser controlado o acesso aos provadores assegurando as distâncias mínimas de segurança, podendo ser inactivados alguns dos espaços para garantia do cumprimento das distâncias;
- Em caso de troca de artigos comprados deverão os mesmos ser limpos e desinfectados antes de voltarem a ser colocados à venda.



## Soluções desinfetantes cutâneas

Mantém-se o dever de os estabelecimentos de comércio a retalho ou de prestação de serviços de procurar assegurar a disponibilização de soluções desinfetantes cutâneas, para os trabalhadores e clientes, junto de todas as entradas e saídas dos estabelecimentos, assim como no seu interior, em localizações adequadas para desinfeção de acordo com a organização de cada espaço.

## Eventos

Mantém-se a proibição de realização de celebrações e de outros eventos que impliquem uma aglomeração de pessoas em número superior a 20;

Passa a ser possível a realização de:

- a) Cerimónias religiosas, incluindo celebrações comunitárias;
- b) Eventos de natureza familiar, incluindo casamentos e baptizados, quer quanto às cerimónias civis e religiosas, quer quando aos demais eventos comemorativos;
- c) Eventos de natureza corporativa em espaços adequados para o efeito;

Todas estas celebrações estão sujeitas ao cumprimento das regras definidas pela DGS.



## Funerais

A realização de funerais está condicionada à inexistência de aglomerados de pessoas e a controlo das distâncias de segurança, designadamente a fixação de um limite máximo de presenças, a determinar pela autarquia local que exerça os poderes de gestão do respetivo cemitério

Não é possível, todavia, impossibilitar a presença no funeral de cônjuge ou unido de facto, ascendentes, descendentes, parentes ou afins.

## Restauração e similares

Passa a ser permitido o funcionamento de estabelecimentos de restauração e similares desde que:

- ▮ Observem as instruções especificamente elaboradas para o efeito pela DGS, bem como as regras e instruções previstas no presente regime;
- ▮ A ocupação, no interior do estabelecimento, não exceda 50 % da respetiva capacidade,
- ▮ A partir das 23:00 h o acesso ao público fique excluído para novas admissões;
- ▮ Recorram a mecanismos de marcação prévia, a fim de evitar situações de espera para atendimento nos estabelecimentos, bem como no espaço exterior.



A ocupação ou o serviço em esplanadas, desde que respeitadas, é permitida, com as necessárias adaptações, as orientações da DGS para o setor da restauração.

Os estabelecimentos de restauração e similares que pretendam manter a respetiva atividade, total ou parcialmente, para efeitos de confeção destinada a consumo fora do estabelecimento ou entrega no domicílio, diretamente ou através de intermediário, continuam dispensados de licença para confeção destinada a consumo fora do estabelecimento ou entrega no domicílio e podem determinar aos seus trabalhadores, desde que com o seu consentimento, a participação nas respetivas actividades, ainda que as mesmas não integrassem o objeto dos respetivos contratos de trabalho.

## **Aluguer de veículos de passageiros sem condutor**

Deixam de existir limitações ao aluguer de veículos de passageiros sem condutor (rent-a-car).



## Comércio a retalho em estabelecimentos de comércio por grosso

O comércio a retalho em estabelecimento de comércio por grosso deixam de poder vender directamente ao público

## Feiras e mercados

Para cada recinto de feira ou mercado, deve existir um plano de contingência para a COVID-19 elaborado pela autarquia local competente ou aprovado pela mesma, no caso de feiras e mercados sob exploração de entidades privadas.

O referido plano de contingência deve, com as necessárias adaptações, respeitar as regras em vigor para os estabelecimentos de comércio a retalho quanto a ocupação, permanência e distanciamento físico, assim como as orientações da DGS, prevendo um conjunto de procedimentos de prevenção e controlo da infeção, designadamente:



- ▮ Procedimento operacional sobre as ações a desencadear em caso de doença, sintomas ou contacto com um caso confirmado da doença COVID-19,
- ▮ Implementação da obrigatoriedade do uso de máscara ou viseira por parte dos feirantes e comerciantes e dos clientes;
- ▮ Medidas de distanciamento físico adequado entre lugares de venda, quando possível,
- ▮ Medidas de higiene, nomeadamente a obrigatoriedade de cumprimento de medidas de higienização das mãos e de etiqueta respiratória, bem como a disponibilização obrigatória de soluções desinfetantes cutâneas, nas entradas e saídas dos recintos das feiras e mercados, nas instalações sanitárias, quando existentes, bem como a respetiva disponibilização pelos feirantes e comerciantes, quando possível;
- ▮ Medidas de acesso e circulação relativas, nomeadamente:
  - ◆ À gestão dos acessos ao recinto das feiras e dos mercados, de modo a evitar uma concentração excessiva, quer no seu interior, quer à entrada dos mesmos;
  - ◆ Às regras aplicáveis à exposição dos bens, preferencialmente e sempre que possível, mediante a exigência de disponibilização dos mesmos pelos feirantes e comerciantes;
  - ◆ Aos procedimentos de desinfeção dos veículos e das mercadorias, ajustados à tipologia dos produtos e à organização da circulação;



- ▣ Plano de limpeza e de higienização dos recintos das feiras e dos mercados;
- ▣ Protocolo para tratamento dos resíduos, em particular no que diz respeito aos equipamentos de proteção individual.

O reinício da atividade, em feiras e mercados, de prestação de serviços de restauração e bebidas não sedentária ou de outros prestadores de serviços acompanha a reabertura faseada das actividades correspondentes exercidas em estabelecimento comercial.

## **Parques de campismo e caravanismo e áreas de serviço de autocaravanas**

Deixam de existir limitações nos parques de campismo, caravanismo e áreas de serviço de autocaravanas.

## **Serviços públicos**

Os serviços públicos mantêm o atendimento presencial por marcação.

As Lojas de Cidadão são reabertas em todo o país com excepções das situadas na zona metropolitana de Lisboa.



## Museus, monumentos, palácios, sítios arqueológicos e similares

Passa a ser permitido o funcionamento dos museus, monumentos, palácios, sítios arqueológicos e similares desde que:

- ▮ Observem as normas e as instruções definidas pela DGS referentes ao distanciamento físico, higiene das mãos e superfícies, etiqueta respiratória e as regras previstas no presente regime;
- ▮ Garantam que cada visitante dispõe de uma área mínima de 20 m<sup>2</sup> e distância mínima de 2 m para qualquer outra pessoa que não seja sua coabitante;
- ▮ Assegurem, sempre que possível:
  - ◆ A criação de um sentido único de visita;
  - ◆ A limitação do acesso a visita a espaços exíguos;
  - ◆ A eliminação ou, se não for possível, redução do cruzamento de visitantes em zonas de estrangulamento;
- ▮ Minimizem as áreas de concentração dos visitantes com equipamentos interativos, devendo, preferencialmente, desativar os equipamentos que necessitem ou convidem à interação dos visitantes;
- ▮ No caso de visitas de grupo, recorram, preferencialmente, a mecanismos de marcação prévia, a fim de evitar situações de espera para entrar no equipamento cultural, bem como no espaço exterior;





- Sejam colocadas barreiras nas áreas de bilheteira e atendimento ao público;
- Privilegiem a realização de transações por terminais de pagamento automático (TPA).

A admissão dos visitantes deve ser realizada de forma livre ou por conjunto de pessoas, dependendo da área do referido equipamento cultural, devendo ser assegurada a regra de ocupação máxima indicativa de 0,05 pessoas por metro quadrado de área.

É permitida a ocupação ou o serviço em esplanadas dos equipamentos culturais, desde que respeitadas, com as necessárias adaptações, as orientações da DGS para o setor da restauração.

Nas áreas de consumo de restauração e bebidas dos equipamentos culturais devem respeitar-se as orientações definidas pela DGS para o setor da restauração.

## Eventos de natureza cultural

É permitido o funcionamento das salas de espectáculo e exibição de filmes cinematográficos e similares, assim como eventos culturais realizados ao ar livre desde que cumpridas as seguintes regras:

- a) Sejam cumpridas as regras de ocupação e distanciamento físico já anteriormente descritas;
- b) Os lugares ocupados devem ter um lugar de intervalo entre espectadores, devendo os lugares da fila seguinte ficar desencontrados;
- c) No caso da existência de palco deverá ser garantida uma distância de 2 m entre a boca de cena e a fila de espectadores.



Nos recintos ao ar livre deve ser garantido:

- a) Que os lugares estão previamente identificados garantindo um distanciamento físico entre espectadores de 1,5 m;
- b) No caso da existência de palco deverá ser garantida uma distância de 2 m entre a boca de cena e a fila de espectadores.

## Actividade física e desportiva

Mantém-se a permissão da prática de atividade física e desportiva em contexto não competitivo e ao ar livre, respeitando os seguintes requisitos:

- Assegurar o respeito de um distanciamento mínimo de dois metros entre cidadãos, para actividades que se realizem lado-a-lado, ou de quatro metros, para actividades em fila;
- Está impedido a partilha de materiais e equipamentos, incluindo sessões com treinadores pessoais,
- Está impedido o acesso à utilização de balneários;

As competições de modalidades individuais sem contacto físico, assim como a I Liga de Futebol Profissional podem ser realizadas desde que ao ar livre, sem público e cumprindo as orientações estabelecidas pela DGS.



- É obrigatório o cumprimento de um manual de procedimentos de protecção de praticantes e funcionários;
- O exercício de atividade física e desportiva é permitida até cinco praticantes com enquadramento de um técnico, ou a prática de atividade física e desportiva recreacional até dois praticantes.

Não se aplicam limites no número de praticantes de actividade física e desportiva no caso dos atletas profissionais ou de alto rendimento.

As instalações desportivas têm de cumprir as regras de higiene já aqui anteriormente descritas.

## Visitas a utentes de estruturas residenciais

Passam a ser permitidas visitas a utentes de estruturas residenciais para idosos, unidades de cuidados continuados integrados da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e outras respostas dedicadas a pessoas idosas, bem como a crianças, jovens e pessoas com deficiência, desde que sejam observadas as regras definidas pela DGS.



No entanto, mediante avaliação da situação epidemiológica específica, pode ser determinada pela DGS, em articulação com a autoridade de saúde local e coordenadamente com o membro do Governo responsável pela área da saúde, a suspensão de visitas à instituição por tempo limitado.

## **Estabelecimentos de jogos de fortuna ou azar, casinos, bingos ou similares**

Podem abrir os estabelecimentos de jogos de fortuna ou azar, casinos, bingos e similares desde que:

- a) Observem as orientações definidas pela DGS;
- b) Possuam um protocolo específico para a higienização das áreas de jogo;
- c) Privilegiem a realização de transacções através de TPA;
- d) Garantam que não permanecem no interior dos estabelecimentos frequentadores que não pretendem jogar.



## Cuidados pessoais e estética

É permitido o funcionamento de:

- a) Salões de cabeleireiro, barbeiro, instituto de beleza;
- b) Estabelecimentos ou estudos de tatuagens e *bodypiercing*;
- c) Actividade de massagem em salões de beleza, em ginásios ou estabelecimentos similares.

É sempre necessário proceder-se a uma marcação prévia e os estabelecimentos deverão cumprir as orientações específicas definidas pela DGS.



Rua Júlio Dinis, 247 – 4º E9  
4050-324 Porto | Portugal  
Tel.: +(351) 226099448 | Fax: + (351) 226099265  
[www.lopes-cardoso.pt](http://www.lopes-cardoso.pt)